

Desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho: coeficiente de Gini aplicado à RAIS*

Flávio Benevett Fligenspan**

Anderson Luís Schneider***

Resumo

O presente artigo analisa a distribuição dos rendimentos do trabalho formal no Brasil, no período 1991/97, através da construção de um coeficiente de Gini com base na RAIS. Verifica-se uma piora na distribuição no período 1991/94, por conta dos reajustes salariais mais elevados para os decis superiores. No período 1994/97 observa-se desconcentração de rendimentos, com os salários mais baixos obtendo maiores reajustes. Contudo, chama-se a atenção para o viés matemático dessa medida, em razão do movimento de reestruturação ocorrido na economia brasileira, que excluiu trabalhadores da base da pirâmide salarial.

1. Introdução

A desigualdade de renda no Brasil não constitui fato novo na agenda de pesquisa, visto que tem sido objeto de muitos estudos e debates nas últimas décadas. É amplamente reconhecida a posição de destaque que o País assume no cenário internacional, como um dos que possuem o mais elevado grau de desigualdade, dentre aqueles que dispõem de informações sobre a distribuição da renda. O Brasil não somente ostenta uma desigualdade elevada, como também apresenta uma trajetória crescente dos indicadores de desigualdade ao longo do tempo, atestada em vários trabalhos (Barros e Mendonça, 1995).

Dentre os vários aspectos que influenciam a estrutura de distribuição de renda, o mercado de trabalho representa uma instituição que tanto pode gerar, quanto transformar a desigualdade. No caso brasileiro recente, o processo de reestruturação vivido na década de noventa reforçou a segmentação do mercado de trabalho, expressa na clivagem crescente entre os setores formal e informal, o que contribui para deteriorar o quadro distributivo.

São bem conhecidas algumas transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro nessa década. O aumento das taxas de desemprego - independentemente da fonte de dados utilizada -, a maior responsabilidade do setor terciário na sustentação do espaço ocupacional, dada a perda da importância absoluta da indústria na geração de novos postos de trabalho, e o aumento do grau de informalização das relações de trabalho, representam algumas das faces desta nova forma de funcionamento do mercado de trabalho. Parece não haver dúvida que essas mudanças também impactam a estrutura de geração e distribuição da renda originada do trabalho. Como exemplos, podem-se citar a trajetória diferenciada dos rendimentos auferidos pelos trabalhadores dos setores formal e informal, ao longo dos últimos anos, e a supressão de postos de trabalho na indústria, setor que tradicionalmente paga salários médios mais elevados aos seus trabalhadores.

O presente artigo tem como objetivo realizar um estudo sobre a concentração dos rendimentos do mercado formal de trabalho brasileiro no período 1991/97, através da construção do coeficiente de Gini, a partir das informações extraídas da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, do Ministério do Trabalho. Trata-se, portanto, de averiguar de que forma a renda gerada por este compartimento específico do mercado de trabalho tem sido distribuída entre seus trabalhadores. Não custa salientar que esse segmento constitui um *locus* privilegiado do mercado de trabalho, pois além de fornecer aos seus trabalhadores toda a proteção social disposta em lei, oferece, em média, rendimentos superiores aos do segmento informal.

Para atingir o objetivo proposto, o artigo encontra-se organizado em três seções, além desta Introdução. Na primeira, encontra-se um breve quadro geral das mudanças ocorridas no segmento formal do mercado de trabalho na década de noventa; a seguinte realiza uma discussão acerca da distribuição dos rendimentos, com base na construção do coeficiente de Gini; e na última alcança-se a conclusão.

2. Mercado formal de trabalho na década de noventa: uma visão geral

Uma das facetas do ajuste efetuado no mercado de trabalho brasileiro ao longo da década atual é o deslocamento da força de trabalho do setor formal para o informal. De maneira semelhante ao deslocamento setorial da mão-de-obra, no sentido da indústria para o setor terciário, os anos noventa mostram a ocorrência de

um outro fluxo unidirecional dentro do mercado de trabalho, qual seja, um deslocamento de trabalhadores do segmento protegido para o setor informal, exatamente no sentido oposto ao que se estabelecia na década anterior.

Durante a recessão dos primeiros anos da década de noventa, foram perdidos mais de 2,2 milhões de postos de trabalho formais, segundo as informações da RAIS. Pior do que isso, a retomada do crescimento econômico, a partir de 1993, não foi suficiente para repor a perda anterior. Em 1997, o nível do emprego formal ainda se situava 1,5% abaixo do apresentado em 1989.

Mais do que a contração do espaço ocupado pelo setor formal, a base de dados da RAIS permite observar a ocorrência de mudanças internas importantes na sua estrutura. Acompanhando a trajetória do nível de emprego total, percebe-se que a indústria foi o segmento que mais perdeu postos de trabalho com registro ao longo dos anos noventa. Entre 1989 e 1997, foram destruídos cerca de 1,4 milhão de empregos. Apesar de apresentar uma evolução positiva no nível de emprego entre os anos de 1989 e 1997, tanto o comércio, quanto a construção civil e os serviços, mostraram uma redução no número de postos de trabalho durante a recessão do início da década, somente recuperando as perdas após o ano de 1993. No cômputo geral do período 1989/97, a construção civil apresentou um saldo líquido de 84 mil postos de trabalho, o comércio, cerca de 500 mil, e os serviços, 567 mil novas vagas no setor formal.

Por outro lado, ao analisar alguns atributos individuais dos trabalhadores remanescentes do forte ajuste efetuado pelo segmento formal, perceber-se-á que a contração do seu nível não tem ocorrido de maneira aleatória. Muito pelo contrário, as empresas parecem respeitar um padrão de seletividade que busca a manutenção, em seus quadros de pessoal, daqueles trabalhadores mais capacitados, com o objetivo de viabilizar o processo de reestruturação empresarial e minimizar os custos da reorganização produtiva em curso na economia brasileira. Mais do que isso, tal comportamento por parte do empresariado torna mais difícil o ingresso e a própria permanência dos trabalhadores neste segmento do mercado de trabalho, cada vez mais restrito a um grupo seletivo de indivíduos.

Como mostram as informações contidas na Tabela 1, o ajuste efetuado tem preservado os trabalhadores que desempenham um papel fundamental na continuidade do processo produtivo - aqueles com uma experiência de vida maior e com um nível de instrução relativamente mais elevado.

Com relação ao nível de instrução, observa-se que os grupos que apresentaram o maior decréscimo de suas respectivas participações no total do emprego formal foram os dos indivíduos analfabetos e daqueles com a 4ª série completa e incompleta. Em troca, os segmentos que tiveram o maior aumento de suas respectivas participações foram aqueles que incluem os indivíduos com o 1º grau completo, o 2º grau completo e o superior completo, fato este que parece indicar a existência de um “efeito-diploma”, na medida em que tais grupos apresentaram um desempenho significativamente melhor em relação aos seus homônimos de grau incompleto.

No que se refere à faixa etária, percebe-se a preferência por parte das empresas pelos trabalhadores mais maduros, principalmente aqueles entre 30 e 49 anos, que viram sua participação crescer de forma mais significativa no período 1989/97, concomitante à queda dos grupos relativamente mais jovens. Além disso, percebe-se o crescimento da participação dos trabalhadores com um tempo de serviço maior - acima de 10 anos.

Como pode ser visto, as melhoras nos perfis de grau de instrução e faixa etária são acompanhadas de um processo de exclusão da mão-de-obra, que penaliza com mais intensidade aqueles indivíduos menos capacitados e com menor possibilidade de competição em um segmento do mercado de trabalho caracterizado pela baixa capacidade de geração de novos empregos. Dessa forma, uma das facetas do ajuste estrutural efetuado pelas empresas na década de noventa, através do enxugamento dos processos produtivos e gerenciais, tem sido a eliminação de uma parte não desprezível da base da pirâmide, constituída pelos trabalhadores de baixa qualificação e de baixos salários, que, possivelmente, só encontram abrigo no segmento informal do mercado de trabalho.

Tabela 1 Participação percentual dos grupos no total do emprego formal no Brasil, por variável selecionada – dez./90-dez./97

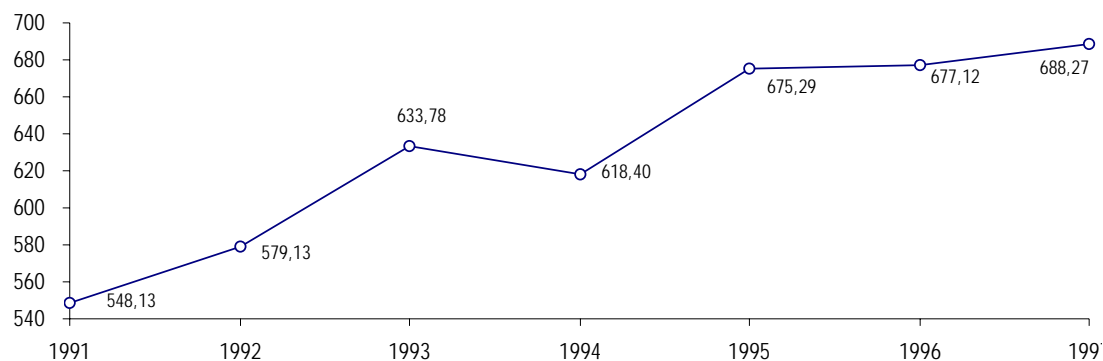
	(%)						
	Dez./90	Dez./92	Dez./93	Dez./94	Dez./95	Dez./96	Dez./97
Grau de Instrução	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Analfabeto	3,37	3,12	3,06	3,11	3,06	2,93	2,72
4ª série incompleta	11,75	10,59	10,08	9,91	10,51	10,78	9,07
4ª série completa	18,36	17,12	16,28	15,79	14,52	15,32	13,53

8ª série incompleta	15,41	14,90	15,17	15,32	15,13	15,89	15,13
8ª série completa	13,21	14,19	14,51	15,39	14,72	16,02	16,88
2º grau incompleto	7,35	7,21	7,28	7,47	7,99	7,13	7,95
2º grau completo	16,43	17,88	18,48	18,72	18,33	18,18	20,00
Superior incompleto	3,42	3,37	3,41	3,25	3,61	2,95	3,24
Superior completo	9,58	10,38	10,63	10,79	11,14	10,04	11,30
no serviço	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Menos de 6 meses	16,75	13,54	14,39	16,96	15,81	15,67	16,42
6 a 11,9 meses	11,36	11,47	12,02	11,50	14,17	12,67	13,41
1 a 1,9 anos	15,74	15,32	13,06	14,00	14,21	15,92	14,49
2 a 2,9 anos	10,18	9,68	10,17	8,67	8,81	9,56	10,19
3 a 4,9 anos	13,81	13,80	13,21	12,39	11,22	10,89	11,62
5 a 9,9 anos	15,40	17,41	18,14	18,01	17,03	16,01	14,76
10 anos ou mais	16,51	18,58	18,83	18,27	18,67	19,22	19,02
Ramo de atividade	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	25,51	23,11	22,44	23,68	22,67	22,12	21,33
Construção civil	4,14	4,06	3,84	4,67	4,54	4,70	4,82
Comércio	12,84	11,87	11,80	13,57	14,06	14,53	15,22
Serviços	50,56	48,21	46,07	48,77	53,41	54,09	54,36
Faixa etária	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 17 anos	3,63	2,56	2,38	2,48	2,44	2,22	2,10
18 a 24 anos	20,85	19,07	18,53	18,69	18,58	18,65	18,82
25 a 29 anos	17,52	17,93	17,84	17,38	16,96	16,86	16,82
30 a 39 anos	28,82	30,76	31,28	31,18	31,22	31,28	31,18
40 a 49 anos	16,97	19,15	19,60	19,97	20,53	20,78	20,84
50 anos ou mais	9,42	10,00	9,84	9,88	9,93	10,01	10,08

Fonte dos dados brutos: RAIS – Ministério do Trabalho.

Pelo lado dos rendimentos, percebe-se que o movimento de exclusão da base da pirâmide, conforme o anteriormente referido, foi acompanhado por uma elevação do rendimento médio real auferido pelos trabalhadores ao longo do período em questão, conforme pode ser visualizado no Gráfico 1.

Gráfico 1 Rendimento médio real no mercado formal de trabalho no Brasil –
dez./91-dez./97



Fonte dos dados brutos: RAIS – Ministério do Trabalho.

Nota: Todos os valores estão expressos em reais de março de 1997, deflacionados pelo INPC do IBGE.

Ainda que se reconheça que o rendimento médio da força de trabalho brasileira tenha mostrado um movimento de ascensão na década de noventa, pelo menos no que se refere ao mercado formal, há fortes indícios para que se credite boa parte desse movimento à expulsão da base da pirâmide. Isto é, pode-se estar assistindo a um efeito estatístico, no qual a remuneração média cresce devido à supressão de uma parte não desprezível de indivíduos de baixa qualificação e baixos salários.

3. A distribuição de rendimentos no mercado formal

Feitas essas considerações sobre a trajetória recente do mercado formal de trabalho, cabe, agora, verificar se tais movimentos foram, ou não, acompanhados por um aumento do grau de desigualdade da renda gerada. De outra forma, cabe investigar de que maneira a massa de rendimentos – com acréscimo do rendimento médio e exclusão de parte da força de trabalho - foi distribuída entre os trabalhadores remanescentes.

A decomposição da renda gerada, por decis do número total de vínculos

para um dado ano, permite traçar um quadro geral da estrutura de distribuição dos rendimentos do trabalho formal.

Tabela 2 Participação percentual na massa salarial total, por decil do número total de vínculos no mercado formal de trabalho brasileiro - dez./91-dez./97

(%)

Decis do total de vínculos	Dez./91	Dez./92	Dez./93	Dez./94	Dez./95	Dez./96	Dez./97
1	1,53	1,47	1,75	1,50	1,62	1,70	1,74
2	2,42	2,36	2,46	2,23	2,39	2,50	2,59
3	3,22	3,22	3,14	3,01	3,10	3,32	3,30
4	3,95	3,99	3,88	3,74	3,92	4,14	4,07
5	4,91	5,02	4,79	4,72	4,78	4,92	4,99
6	6,19	6,28	5,94	5,89	6,03	6,17	6,17
7	7,92	8,17	7,66	7,92	7,88	7,97	7,89
8	10,70	11,02	10,59	11,00	10,73	10,86	10,65
9	16,30	16,65	16,42	17,11	16,51	16,29	16,00
10	42,87	41,82	43,37	42,88	43,04	42,14	42,60

Fonte dos dados brutos: RAIS - Ministério do Trabalho.

Tabela 3 Participação percentual acumulada na massa salarial total, por decil do número total de vínculos no mercado formal de trabalho brasileiro – dez./91-dez./97

(%)

Decis do total de vínculos	Dez./91	Dez./92	Dez./93	Dez./94	Dez./95	Dez./96	Dez./97
1	1,53	1,47	1,75	1,50	1,62	1,70	1,74
2	3,95	3,83	4,20	3,73	4,00	4,20	4,33
3	7,17	7,04	7,34	6,74	7,11	7,51	7,63
4	11,12	11,04	11,22	10,48	11,03	11,65	11,70
5	16,03	16,06	16,01	15,20	15,82	16,57	16,69
6	22,22	22,34	21,96	21,09	21,85	22,74	22,86
7	30,14	30,51	29,61	29,01	29,73	30,71	30,75
8	40,83	41,53	40,20	40,01	40,46	41,57	41,40

9	57,13	58,18	56,63	57,12	56,96	57,86	57,40
10	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte dos dados brutos: RAIS - Ministério do Trabalho.

Como se pode perceber pelas informações contidas nas Tabelas 2 e 3, o mercado formal de trabalho brasileiro possui um altíssimo grau de concentração de renda, atestado por várias medidas de desigualdade. Até o ano de 1995, verifica-se que a proporção da renda apropriada pelo nono decil da distribuição é superior àquela apropriada pelos 50% mais pobres, sendo que, nos dois anos seguintes, a proporção apropriada por esse último segmento torna-se apenas levemente superior ao primeiro. Por outro lado, e mais surpreendente, nota-se que a parcela da renda auferida pelos 10% mais ricos é, em todo o período em questão, superior àquela apropriada pelos 80% mais pobres, fato esse que, sem dúvida, denota a estrutura extremamente desigual da distribuição dos rendimentos gerados por esse segmento do mercado de trabalho.

Sendo assim, não obstante a proteção social proporcionada pelo mercado formal a todos seus trabalhadores, os dados até aqui apresentados denotam uma estrutura bastante desigual da distribuição dos rendimentos, na qual os 20% mais ricos apropriam sempre quase 60% da renda gerada. Parece não restar dúvida que essa cauda superior da distribuição representa uma “ilha de excelência” dentro do mercado de trabalho.

Tabela 4 Rendimento médio real, de acordo com os decis do número total de vínculos no mercado formal de trabalho brasileiro – dez./91/dez./97

Decis do total de vínculos	Dez./91	Dez./92	Dez./93	Dez./94	Dez./95	Dez./96	Dez./97
1	84,20	85,49	110,48	92,14	109,03	114,19	119,60
2	133,03	137,45	154,67	138,69	161,31	170,14	175,88
3	174,29	183,55	200,02	185,24	210,26	222,66	228,64
4	218,07	233,83	247,70	233,68	264,78	277,47	282,58
5	270,28	289,98	303,52	288,78	324,85	339,13	343,55
6	338,48	365,41	376,78	367,62	407,18	420,21	425,63
7	433,62	471,85	487,25	486,36	529,55	540,10	544,05
8	585,18	638,64	668,67	681,10	726,46	730,79	732,83
9	895,03	963,82	1.043,12	1.058,22	1.114,73	1.107,61	1.102,17

10	2.349,97	2.423,80	2.750,25	2.651,25	2.906,96	2.855,80	2.924,27
Rendimento médio	548,13	579,13	633,78	618,40	675,29	677,12	688,27

Fonte dos dados brutos: RAIS - Ministério do Trabalho.

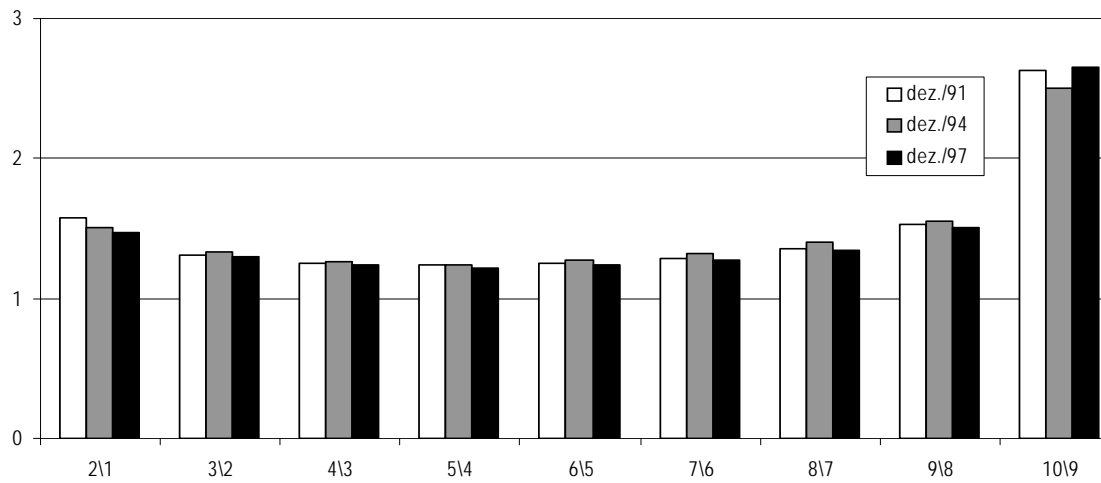
Nota: Os rendimentos estão expressos em reais de março de 1997, deflacionados pelo INPC do IBGE.

Quando analisa-se a estrutura dos rendimentos por decis (Tabela 4), uma informação significativa refere-se ao fato de que o rendimento médio esconde uma estrutura na qual se observa que o divisor de águas (o próprio rendimento médio) secciona a distribuição em dois compartimentos fortemente diferentes em termos do número de indivíduos pertencentes a cada um deles. Nota-se que apenas os 30% mais ricos auferem rendimentos superiores à média do mercado, o que demonstra a elevada disparidade existente. Para se ter uma idéia da importância da contribuição dos 30% mais ricos para a composição do rendimento médio, observa-se que, para os anos de 1991, 1994 e 1997, a retirada de tal grupo da distribuição representaria uma redução de 56,9%, 58,6% e 56,0%, respectivamente, na variável em questão. Por outro lado, comparando-se os rendimentos médios dos extremos da distribuição, percebe-se que a renda média de um indivíduo pertencente ao grupo dos 10% mais ricos é, em todo o período em questão, cerca de 24 vezes maior do que a renda de um indivíduo que se encontra entre os 10% mais pobres.

Mais do que isso, as informações contidas na Tabela 4 permitem verificar em que parte(s) da distribuição a desigualdade está mais presente. Para isso, calculou-se a razão entre os rendimentos médios dos decis consecutivos, para os anos de 1991, 1994 e 1997, conforme mostra o Gráfico 2.

Como se pode perceber, a desigualdade de renda no mercado formal de trabalho encontra-se mais concentrada nos extremos da distribuição, especialmente na cauda superior, que apresenta uma razão de cerca de 2,5 entre o rendimento médio do décimo e do nono decil, contra 1,5 entre o segundo e o primeiro decil, e 1,5 entre o nono e o oitavo decil. Vale ressaltar que não se está querendo dizer que os decis mais baixos não auferem baixos rendimentos. De fato, em dezembro de 1997, o primeiro e o segundo decis recebiam, em média, R\$119,60 e R\$175,88, respectivamente, valores considerados muito baixos, inclusive quando se leva em conta o rendimento médio do chamado mercado informal. O que se quer expressar é simplesmente o fato de que a maior disparidade dos rendimentos recebidos concentra-se entre os mais bem remunerados, e não entre os estratos de mais baixa renda.

Gráfico 2 Razão entre os rendimentos médios dos decis consecutivos do número total de vínculos no mercado formal de trabalho brasileiro - dez./91, dez./94 e dez./97



Fonte dos dados brutos: Tabela 4.

Feitos tais comentários sobre a estrutura de distribuição da renda gerada pelo trabalho formal, resta verificar sua trajetória ao longo dos anos noventa, ou, em outras palavras, investigar se ela tem se tornado mais ou menos concentrada ao longo do período em questão. Dado esse objetivo, conforme colocado na Introdução do presente artigo, optou-se por construir um coeficiente de Gini para a análise que se segue. O Gráfico 3 fornece uma visualização do movimento encontrado.

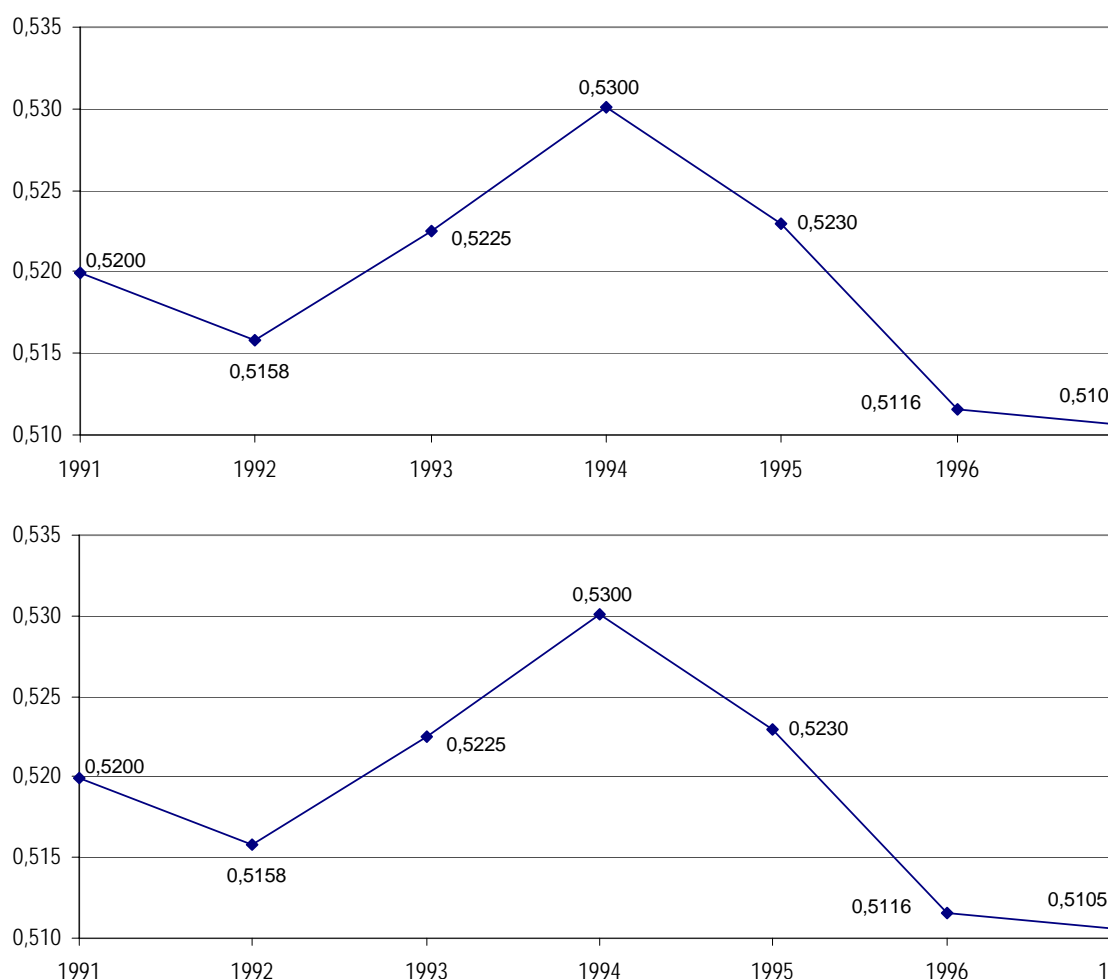


Gráfico 3 Coeficiente de Gini para a renda gerada no mercado formal de trabalho brasileiro – dez./91-dez./97

Fonte dos dados brutos: RAIS – Ministério do Trabalho.

Ainda que as variações ocorridas no coeficiente de Gini sejam pequenas, dado o intervalo de tempo em questão, observa-se que o período 1991/97 pode ser decomposto em dois subperíodos, basicamente. No primeiro, de 1991 a 1994, excetuando a redução da concentração observada entre 1991 e 1992, visualiza-se um movimento de concentração da renda gerada pelo trabalho formal, cujo ápice ocorre em 1994; ao passo que no segundo, de 1994 a 1997, observa-se uma pequena melhora, ano a ano, na distribuição dos rendimentos, de tal forma que os valores observados para o coeficiente de Gini em 1996 e 1997, mostraram-se inferiores ao de 1992, ano que apresentou valor mínimo para o coeficiente no primeiro subperíodo. Em outros termos, apesar da trajetória de concentração ocorrida nos primeiros anos da década, a partir de 1995 observa-se uma pequena melhora na distribuição da renda,

que foi capaz de superar o efeito negativo do primeiro movimento.

Com relação ao primeiro subperíodo, percebe-se que a melhora na distribuição dos rendimentos, observada entre os anos de 1991 e 1992, atestada pelo decréscimo do coeficiente de Gini, ocorreu em virtude da melhora das participações dos decis intermediários da distribuição, tendo em vista que os três primeiros decis apresentaram quedas nas suas respectivas participações no total da massa salarial. É interessante observar que o último decil também sofreu queda de participação. De acordo com os dados da Tabela 2, os 30% mais pobres apresentaram, entre 1991 e 1992, uma variação de -1,76% na sua participação na massa salarial total, e os 10% mais ricos, -2,45%. Conforme o colocado anteriormente, esta perda fluiu para os indivíduos pertencentes aos grupos intermediários da escala de rendimentos, destacando-se os acréscimos de 2,24%, 3,13% e 3,05% nas participações na massa salarial, do quinto, sétimo e oitavo decis, respectivamente. Na comparação dos 30% mais pobres e dos 10% mais ricos, não custa salientar que, além do fato da magnitude da variação desse segundo grupo ter sido superior à do primeiro, essa ocorreu sobre uma base de cálculo maior, dada a grande participação que os 10% mais ricos possuem na massa salarial total.

Diferentemente desse primeiro movimento, de diminuição da concentração de rendimentos, ainda que em pequena magnitude, o biênio 1993/94 mostra uma trajetória inversa, que foi capaz de anular e, inclusive, suplantando os efeitos positivos da redistribuição ocorrida no ano de 1992. Comparando-se a variação das participações dos decis na massa salarial entre os anos de 1992 e 1994, percebe-se uma elevada disparidade dos números. Apenas três decis apresentaram uma variação positiva com relação a essa variável, justamente os extremos da distribuição: os 10% mais pobres e os 20% mais ricos. A participação dos 10% mais pobres no total da massa salarial cresceu 1,59% entre os anos de 1992 e 1994, ao passo que o nono e o décimo decis apresentaram crescimento de 2,81% e 2,53%, respectivamente.

Conforme já citado, tais variações positivas deram-se em detrimento de todos os demais grupos. Os destaques negativos foram os decis de número dois a seis, que mostraram variações, em módulo, superiores a 5% na participação sobre a renda gerada. Dessa forma, ainda que os 10% mais pobres tenham melhorado sua posição na escala de rendimentos, os desempenhos dos decis seguintes foram tais que a participação na massa total de salários dos 60% mais pobres apresentava-se, no ano de 1994, em um nível 5,61% inferior ao verificado em 1992, fato esse que,

conjuntamente com a maior participação dos 20% mais ricos, ajuda a explicar a reconcentração ocorrida no período.

Não se deve esquecer que a piora verificada no conjunto do subperíodo 1991/94 deu-se em um ambiente econômico caracterizado por altas taxas de inflação e, portanto, está correlacionada com o modo segundo o qual os diferentes grupos de trabalhadores foram capazes de proteger seus respectivos rendimentos da corrosão inflacionária.

Como pode ser visto no Quadro 1, o mercado formal conseguiu preservar o poder de compra médio dos salários de seus trabalhadores nos primeiros anos da década de noventa, anteriores à consolidação do processo de estabilização iniciado em meados de 1994, visto que se constata um crescimento do rendimento **médio** real da ordem de 12,82% no subperíodo 1991/94. No entanto, observa-se que esse aumento ocorreu de maneira desigual entre os vários decis, refletindo, entre outros fatores, capacidades assimétricas de repor as perdas ocasionadas pelo processo inflacionário.

Quadro 1 Taxas de variação do rendimento médio real dos respectivos decis do número total de vínculos do mercado formal de trabalho brasileiro, em períodos selecionados

	(%)		
Decis do total de vínculos	dez./97-dez./91	dez./94-dez./91	Dez./97-dez./94
1	42,04	9,44	29,80
2	32,21	4,25	26,81
3	31,18	6,28	23,43
4	29,58	7,16	20,92
5	27,11	6,85	18,97
6	25,75	8,61	15,78
7	25,47	12,16	11,86
8	25,23	16,39	7,59
9	23,14	18,23	4,15
10	24,44	12,82	10,30
Rendimento médio	25,57	12,82	11,30

Fonte: Tabela 4.

Apesar dos salários reais de todos decis terem apresentado uma elevação no subperíodo 1991/94, nota-se que justamente os grupos mais privilegiados na escala de renda foram os que obtiveram os maiores acréscimos. Mais especificamente, apenas os 40% mais ricos conseguiram obter, em média, ganhos superiores a 12% em seus rendimentos reais no período em questão, destacando-se o oitavo e nono decis, que apresentaram variações de 16,39% e 18,23% em seus respectivos salários reais médios. Por outro lado, com relação aos 60% mais pobres, percebe-se que nenhum decil pertencente a esse grupo conseguiu apresentar ganhos que chegassem aos 10% no rendimento médio real.

Quanto ao segundo subperíodo (1994/97), como se viu no Gráfico 2, esse apresentou uma guinada na trajetória de aumento da concentração dos rendimentos verificada até então, atestada por um decréscimo do coeficiente de Gini, de forma mais intensa entre os anos de 1994 e 1996, e de maneira bem mais modesta no último ano do período em questão.

De acordo com as informações contidas na Tabela 2, a diminuição da concentração dos rendimentos entre os anos de 1994 e 1996 ocorreu em virtude, basicamente, da transferência de renda dos 30% mais ricos para os demais grupos. Verifica-se que, entre 1994 e 1996, a participação dos 30% mais ricos na massa salarial decresceu 2,40%, tendo como compensação um acréscimo de 5,88% na parte pertencente aos 70% mais pobres. Destaque-se o fato de que esse repasse privilegiou, proporcionalmente mais, os grupos da cauda inferior da distribuição, tendo em vista que a participação dos 10% mais pobres cresceu 13,19%, a dos 20% mais pobres, 12,44%, a dos 30% mais pobres, 11,40% e a dos quatro primeiros decis, 11,18%.

Contudo, a melhora verificada no intervalo 1994/96 não mostrou a mesma consistência no ano seguinte, de tal forma que o coeficiente de Gini apresentou uma variação quase nula entre os anos de 1996 e 1997, mas ainda indicando uma redução da concentração dos rendimentos.

Na pequena melhora observada entre 1996 e 1997, diferentemente daquela ocorrida nos anos de 1995 e 1996, na qual a diminuição da concentração deu-se pela transferência de renda da cauda superior da distribuição para os decis mais baixos, percebe-se que a redistribuição ocorreu pela queda da participação na massa total de rendimentos dos grupos intermediários, tendo como contrapartida um

acréscimo das participações dos grupos extremos da distribuição, mas com as faixas mais baixas obtendo ganhos relativos maiores. Assim, nota-se entre 1996 e 1997 uma queda da participação na renda gerada pelos decis de número três a nove, totalizando 1,09%, destacando-se os decréscimos de -1,88% do oitavo decil, e de -1,75% do nono decil. Em troca, os 10% mais ricos apresentaram uma variação de 1,07% na variável em questão, ao passo que os 20% mais pobres obtiveram um crescimento de 3,13% na sua participação sobre a massa total de salários (2,70% dos 10% mais pobres, e 3,42% do decil imediatamente seguinte).

Cabe, nesse momento, analisar a trajetória dos rendimentos dos vários decis no subperíodo 1994/97. Como se viu anteriormente, a piora da distribuição dos rendimentos no primeiro subperíodo foi creditada, em parte, à maior capacidade dos estratos superiores em repor as perdas ocorridas em razão da incidência do “imposto inflacionário”, atestada por variações relativas maiores no rendimento médio real dos decis superiores, em relação aos grupos de mais baixa renda.

No entanto, comparando as variações do salário real médio dos vários decis entre 1994 e 1997, o comportamento verificado antes, muda significativamente. Agora, são justamente os decis mais baixos na escala de rendimentos que apresentam as maiores variações relativas. Na verdade, conforme mostra o Quadro 1, apenas os três últimos decis apresentam um crescimento de seus respectivos salários reais em uma magnitude inferior à variação da média recebida pelos trabalhadores do mercado formal (11,30%). Em outros termos, são os 30% mais ricos que pressionam o crescimento da média salarial do mercado para baixo. Em compensação, na outra ponta da distribuição, destacam-se os desempenhos dos quatro primeiros decis, todos apresentando variações no rendimento real médio superiores a 20% entre 1994 e 1997, sobressaindo-se desse grupo, os 10% mais pobres, que conseguiram elevar em 29,80% seu salário real médio.

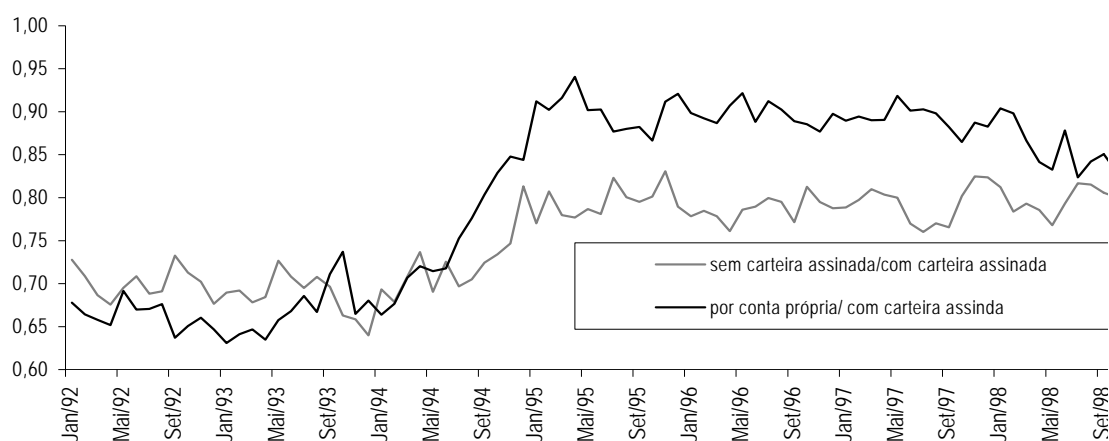
Vale salientar que, observando os dados da Tabela 4, qualquer que seja o motivo que explique o aumento relativo superior do rendimento médio dos grupos mais pobres, nota-se que tal trajetória de crescimento ocorreu de forma bem mais intensa entre os anos de 1994 e 1995, mostrando uma certa perda de fôlego nos biênios seguintes. Apenas como exemplo, o rendimento médio real dos 10% mais pobres cresceu 18,32% entre 1995 e 1994, 4,73% entre 1996 e 1995, e 4,74% entre 1997 e 1996. Na realidade, para todos decis, observa-se um arrefecimento do crescimento relativo do salário médio, a partir do ano de 1996 (Fligenspan, 1998).

Não há dúvida que os desempenhos dos salários médios dos decis mais baixos tenham sido responsáveis, em grande parte, pela melhora da distribuição dos rendimentos do trabalho formal verificada a partir de 1995. Por outro lado, a simultaneidade da melhora distributiva com o ambiente recente de queda abrupta da inflação torna inevitável uma referência aos ganhos redistributivos oriundos do Plano Real. Os motivos explicativos para a melhora observada imediatamente ao início do Plano passam pela menor incidência regressiva do “imposto inflacionário”, assim como pelo próprio comportamento diferenciado dos vários preços, que indicaria um aumento de participação da renda apropriada pelo setor *non-tradable*.

Com relação ao primeiro motivo explicativo, parecem desnecessários maiores comentários, visto que é amplamente conhecido o efeito da queda da inflação sobre a desigualdade, dada a fraca capacidade dos grupos mais pobres de proteger seus rendimentos. Já o segundo argumento é mais elaborado. De acordo com ele, o traço característico do plano de estabilização implantado, baseado na valorização cambial e na abertura comercial, faz com que os preços dos bens não-comercializáveis tendam a manter uma trajetória ascendente por um certo período, visto que não estão sujeitos à concorrência externa e o ambiente no imediato pós-Plano é de aquecimento da demanda. Isso fica claro, quando se analisa a evolução dos diferentes blocos dos índices de preços ao consumidor. Os preços dos bens básicos – industrializados, ligados à alimentação, por exemplo – crescem muito menos que os preços dos serviços. Com isso, modifica-se a distribuição da renda em favor de determinados grupos, os fornecedores de bens e, principalmente, serviços não-comercializáveis. Assim, os assalariados do setor *non-tradable* têm maior poder de barganha e, por outro lado, as empresas têm mais margem para reajustar seus salários.

Na realidade, a discussão anterior mostra que a redistribuição atua em benefício dos grupos mais desfavorecidos, **independentemente** deles estarem ou não no mercado formal de trabalho. O mecanismo citado acima tende a diminuir os diferenciais de rendimentos, tanto entre os setores formal e informal, quanto entre indústria e serviços. E, como se sabe, tanto a indústria, quanto o segmento formal, pagam aos seus empregados, em média, um rendimento superior em relação aos outros dois grupos. No caso específico da relação entre o rendimento médio do setor formal e do informal, de fato, se observa uma redução significativa desse diferencial a partir do início do Plano Real, mas, no entanto, tal efeito parecer ter cessado em meados de 1995, como se observa no Gráfico 4.

Gráfico 4 Relação entre o rendimento médio real dos trabalhadores informais (ocupados sem carteira assinada e por conta própria) e o dos trabalhadores com carteira assinada, no Brasil Metropolitano – jan./92-dez./98



Fonte dos dados brutos: Pesquisa Mensal de Emprego – IBGE.

4. Conclusão

No presente artigo, verificou-se que o mercado formal de trabalho brasileiro possui uma estrutura bastante desigual de distribuição dos rendimentos, na qual a parcela apropriada pelos 10% mais ricos é superior àquela apoderada pelos

80% mais pobres, sendo que os 20% mais ricos detém mais da metade da massa de salários gerada. Além disso, constatou-se que a maior disparidade dos rendimentos recebidos concentra-se entre os estratos mais ricos, especialmente entre o nono e o décimo decil do número total de vínculos, e não entre os grupos mais pobres, ainda que esses recebam rendimentos extremamente baixos, inclusive quando comparados com a média recebida pelos ocupados informalmente.

Por outro lado, com relação à concentração dos rendimentos ao longo do período em questão, viu-se que a trajetória apresentada pelo coeficiente de Gini pode ser decomposta em dois subperíodos. No primeiro, entre os anos de 1991 e 1994, apesar de observar-se uma pequena melhora entre 1991 e 1992, ocorre um movimento de concentração da renda, que melhorou a posição dos 30% mais ricos, em detrimento de todos os demais decis.

Já a diminuição da concentração, ocorrida no segundo subperíodo, foi capaz de superar os efeitos negativos do primeiro, de tal forma que o ano de 1997 apresenta o valor de mínimo da série para o coeficiente de Gini. Esse comportamento deu-se basicamente pela melhora ocorrida entre os anos de 1994 e 1996, quando se observou uma transferência de renda dos 30% mais ricos para os demais grupos, favorecendo proporcionalmente mais os decis inferiores da distribuição.

Sendo assim, verifica-se, para o período proposto, que o movimento de exclusão da força de trabalho menos qualificada do mercado formal foi acompanhado por uma melhora, ainda que pequena, na distribuição dos rendimentos. No entanto, tal resultado merece duas ressalvas. Em primeiro lugar, a distribuição melhorou **para aqueles trabalhadores que conseguiram permanecer empregados** nesse segmento, dado o movimento de racionalização do uso da força de trabalho empregado pelas empresas ao longo da década, que atuou de forma mais severa sobre o emprego formal. A segunda ressalva, de certa forma intimamente relacionada com a anterior, refere-se ao fato de que a melhora na distribuição e no próprio acréscimo do rendimento médio deve ser creditada, em parte, justamente ao movimento de diminuição da base da pirâmide, que penaliza os grupos mais desfavorecidos.

Um dos passos seguintes dessa investigação, que fica como sugestão, seria especular a respeito das causas do comportamento diferenciado dos reajustes de salários dos decis (altos *versus* baixos) nos dois subperíodos considerados. No período pré-real os salários mais baixos tiveram reajustes menores que os outros e no pós-real verificou-se o contrário. Pelo menos dois fatores podem explicar essa

diferença: o poder de barganha dos trabalhadores das diferentes faixas de renda e o efeito matemático da retirada da base da pirâmide. Essas duas variáveis, assim como outras que possam agregar-se como explicativas, devem ser investigadas, respeitando-se o corte temporal da entrada do real. Isso por que, com a estabilização de preços e a mudança cambial, há uma alteração brusca nas relações entre diferentes preços e mesmo nas relações produtivas, com setores incrementando sua produção física e outros sofrendo fortes reveses.

Bibliografia

- AMADEO, Edward (1995). Desempenho sombrio do emprego industrial. **Economia, Capital & Trabalho**, Departamento de Economia da PUC, Rio de Janeiro, v.3, n.2, jun.
- AMADEO, Edward (1996). Ajuste empresarial, emprego e terceirização. **Revista de Economia Política**, Nobel, São Paulo, v.16, n.1, jan.-mar.
- BALTAR, Paulo E.A. (1996). Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. **Economia e Sociedade**, UNICAMP, Campinas, n.6, jun.
- BALTAR, Paulo E.A. (1997). Tendências do mercado de trabalho no Brasil. **Boletim CESIT**, Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, n.2, nov.
- BALTAR, Paulo E.A.; MATTOSO, Jorge E.L. (1997). Transformações estruturais e emprego nos anos 90. **Ensaio FEE**, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, Porto Alegre, ano 18, n.1.
- BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane (1995). **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, n. 377.
- CACCIAMALI, Maria C. (1995). Mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: menos empregos, mais política pública. **Anais do Encontro Nacional de Economia**, ANPEC, São Paulo, v.2.
- DEDECCA, Claudio S. (1997). Desemprego no Brasil: um fenômeno heterogêneo. **Boletim CESIT**, Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, n.1, jul.
- DEDECCA, Claudio S.; ROSANDISKI, Eliane (1997). Retração do nível e mudança na estrutura do emprego formal brasileiro - 1989-93. **Anais do XXV Encontro Nacional de Economia**, ANPEC, Recife, v.1.
- DEDECCA, Claudio S. (1998a). Emprego e qualificação no Brasil nos anos 90. **Anais do III Encontro Nacional de Economia Política**, Sociedade Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro, v. 2.
- FLIGENSPAN, Flávio B. (1995). Reestruturação e ganhos de produtividade na indústria brasileira. **Carta de Conjuntura FEE**, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, Porto Alegre, ano 4, n.10, maio.
- FLIGENSPAN, Flávio B. (1998). Uma revisão da ocupação e dos rendimentos durante o Real. **Indicadores Econômicos FEE**, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, Porto Alegre, v.26, n.2.

- FOLHA DE SÃO PAULO (1997). Participação de salários no PIB cai para 38%. 12 de dezembro de 1997, p.2-5.
- IPEA (1996). Crescimento, desigualdade e pobreza: o impacto da estabilização. **Carta de Conjuntura IPEA**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, n. 62, fev.
- MATTOS, Fernando A. M.; CARDOSO Jr, José C. (1998). A questão distributiva no Plano Real. **Anais do III Encontro Nacional de Economia Política**, Sociedade Brasileira de Economia Política, Niterói.
- MATTOSO, Jorge E.L.; OLIVEIRA, Carlos A.E. de, org. (1996). **Crise e trabalho no Brasil**. Campinas, Página Aberta.
- MENDONÇA, Sérgio E.A. (1997). O Plano Real e as negociações coletivas: há algo de novo?. **Boletim CESIT**, Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, n.2, nov.
- PERO, Valéria (1996). Diferencial de renda entre trabalhadores formais e informais. **Economia, Capital & Trabalho**, Departamento de Economia da PUC, Rio de Janeiro, v.4, n.2, set.
- PESQUISA MENSAL DE EMPREGO. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. 05/03/1998.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. **IBGE**, Rio de Janeiro, vários anos.
- POCHMANN, Márcio (1997a). Traços gerais do movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro. **Anais do XXV Encontro Nacional de Economia**, ANPEC, Recife, v.2.
- POCHMAN, Márcio (1997b). O comportamento do emprego urbano regular e regulamentado no período recente no Brasil: considerações gerais. **II Encontro Nacional de Economia Política**, Sociedade Brasileira de Economia Política, São Paulo, v.2.
- RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. **Ministério do Trabalho**, disponível em cd-rom.
- SABÓIA, João (1996). Mercado de trabalho no Brasil – evolução e tendências recentes. **II Encontro dos Economistas de Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro, UFRJ/IEI, v.2.
- SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques (1997). **Pobrezas e desigualdades no terceiro mundo**. São Paulo, Nobel.